

Plano de Atividades

Comissão de Negócios Estrangeiros e
Comunidades Portuguesas

XII Legislatura
4ª Sessão Legislativa

Aprovado em reunião de Coordenadores da Comissão, 25 de julho de 2014

PROPOSTA DE PLANO DE ATIVIDADES

4.ª SESSÃO DA XII LEGISLATURA

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 1 no art.º 108.º do Regimento da Assembleia da República (RAR), apresenta-se a proposta de Plano de Atividades para a 4ª Sessão Legislativa da XII Legislatura. O Plano de Atividades que ora se apresenta é compatível com a proposta de Orçamento para 2015 já apresentado por esta Comissão.

Parte significativa da atividade da Comissão decorre das suas competências e enquadra-se na rotina da atividade parlamentar, nos termos constitucionais, legais e regimentais. Estão nesta situação as reuniões ordinárias para apreciação de iniciativas legislativas, exame de tratados e acordos, escrutínio de iniciativas europeias e apreciação de petições. Estão também nesta situação as audições regimentais e audiências concedidas a diversas entidades, no quadro das competências da Comissão em matéria da política externa, da cooperação e do acompanhamento das políticas relativas às comunidades portuguesas residentes no estrangeiro. O Plano de Atividades limita-se por isso a enunciar as atividades que não se enquadram nas acima mencionadas e a referenciar as matérias cujo acompanhamento a Comissão considerou prioritário.

De acordo com o plano de atividade da Comissão para a XII Legislatura (2011-2015), cabe-lhe acompanhar a política externa portuguesa nas suas várias dimensões, procedendo a audições e recolha de informações, de forma a permitir à Assembleia da República, em especial, e aos cidadãos, em geral, um conhecimento mais detalhado sobre questões de atualidade e interesse para a política externa de Portugal.

Vivemos tempos de enorme incerteza e de desafios permanentes. No plano da coesão europeia, dos equilíbrios entre grandes potências, da segurança energética, das nossas valências geopolíticas em África, na América Latina e na Ásia, ou na estabilidade das nossas relações externas. A crise na Ucrânia e no Médio Oriente, as negociações do acordo de livre comércio entre Estados Unidos e União Europeia (TTIP), a situação de permanente instabilidade na Guiné-Bissau e na costa ocidental africana, os efeitos de perturbação na África-subsaariana, a islamização radical no Mali e a insegurança no Norte de África, a ameaça às centrais energéticas na Argélia e Nigéria, e a deterioração das condições de segurança regional, a estabilidade conquistada por Timor-Leste e o desenvolvimento de Macau no quadro económico asiático, a posição central do Brasil

nas relações transatlânticas do futuro, tendo em conta uma desejável articulação entre os desafios do Atlântico Norte e do Atlântico Sul, definem um conjunto alargado de vetores estratégicos para a política externa portuguesa que carecem de acompanhamento profundo por parte desta Comissão.

1. Eventos

O Plano de Atividades da Comissão para a 4ª Sessão Legislativa prevê a realização de dois Colóquios Parlamentares, sendo preferencialmente um organizado no último trimestre do corrente ano e outro já no próximo ano civil.

Foram vários os temas indicados para os Colóquios, optando a Comissão por os manter e deliberar oportunamente, em função das circunstâncias, a temática a tratar:

- A língua portuguesa e o seu impacto no Mundo;
- A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - presente e futuro;
- Portugal face à emigração: as consequências internas e a situação externa das comunidades portuguesas;
- O estado da Cooperação Portuguesa para o desenvolvimento.

A Comissão manifesta também a disponibilidade para equacionar a organização de outros eventos em parceria com entidades externas ou sob proposta de outras Comissões Parlamentares ou delegações ou grupos parlamentares de amizade como tem acontecido nas sessões legislativas anteriores.

2. AUDIÇÕES A EMBAIXADORES PORTUGUESES

É da maior importância serem retomadas as audições aos embaixadores portugueses colocados em novo posto.

A Comissão considera ainda fundamental organizar audições de Embaixadores, portugueses colocados em países com grandes comunidades portuguesas.

A Comissão propõe-se ainda acompanhar a reorganização do Ministério dos Negócios Estrangeiros – estatuto dos diplomatas e o estatuto do pessoal do quadro externo – e a evolução da rede consular.

3. AUDIÇÕES E EMBAIXADORES ESTRANGEIROS E ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA

A Comissão propõe-se organizar na 4ª Sessão Legislativa, audições a Embaixadores estrangeiros e outras individualidades para fazer um balanço da designada “Primavera Árabe”, para acompanhamento da crise na Ucrânia, da situação na Guiné-Bissau e zona envolvente e no norte de África. Prevê-se ainda a organização de audições sobre a segurança energética, as relações transatlânticas (Atlântico Norte e Atlântico Sul) e impacto do *Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento* na Posição Atlântica de Portugal.

Ainda neste domínio, a Comissão propõe-se acompanhar a participação de Portugal nas organizações internacionais, particularmente no âmbito das Nações Unidas.

4. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

No âmbito da política de cooperação, além das audições aos membros do Governo, a Comissão considera que seria relevante ouvir algumas entidades e acompanhar a evolução da política de cooperação para o desenvolvimento da UE, da ONU, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e de outras organizações nas quais Portugal participe.

5. DIPLOMACIA ECONÓMICA

A Comissão considera que no quadro do final da presente legislatura, é importante fazer um balanço e analisar o estado da diplomacia económica, através da capacidade das estruturas da AICEP e dos resultados efetivos que foram conseguidos, através da realização de diversas entidades.

6. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A Comissão propõe-se organizar audição do Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados sobre a situação dos refugiados.

7. DESLOCAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

O Plano de Atividades prevê a participação de representantes da Comissão nas Conferências Interparlamentares sobre a PESC/PCSD, bem como a participação em Reuniões Interparlamentares e Conferências sobre questões do foro da Comissão, organizadas pelos países que em 2015 detêm a presidência da UE, Letónia e Luxemburgo. Prevê-se ainda deslocação de delegação da Comissão a Cabo Verde no quadro do reforço da cooperação e do intercâmbio com a Assembleia Nacional de Cabo Verde.

Palácio de S. Bento, 25 de Julho de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Sérgio Sousa Pinto)